



formalidades legais, cujas despesas estão vinculadas ao primeiro e/ou segundo graus de jurisdição.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. **GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, 18 de julho de 2022.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

ANEXO ÚNICO

Sequência	Referência	Magistrado(a)	Qtde. de Diárias	Valor Unitário Diária com Pernoite (R\$)	Valor Unitário Diária sem Pernoite (R\$)	Valor Total de Diárias (R\$)	Valor Indeniz. Transporte (R\$)	Valor Total diária +IT (R\$)	Período de Referência
01	8 5 0 0 0 7 9 - 82.2022.8.06.0028	THALES PIMENTEL SABOIA	02 s/ pernoite	-	272,04	544,08	45,62	589,70	Abril/2022
02	8 5 0 0 3 3 3 - 44.2022.8.06.0064	F R A N C I S C O MARCELLO ALVES NOBRE	04 s/ pernoite	-	286,36	1.145,44	331,24	1.476,68	Junho/2022
03	8 5 0 0 0 4 4 - 36.2022.8.06.0089	FABIO RODRIGUES SOUSA	02 s/ pernoite	-	272,04	544,08	295,26	839,34	Maio/2022
04	8 5 0 0 3 4 6 - 43.2022.8.06.0064	JOSE VALDECY BRAGA DE SOUSA	03 s/ pernoite	-	286,36	859,08	304,68	1.163,76	Abril/2022 Maio/2022
05	8 5 0 0 0 5 0 - 54.2022.8.06.0053	TIAGO DIAS DA SILVA	03 c/ pernoite 02 s/ pernoite	572,71	286,36	2.290,85	606,64	2.897,49	Fevereiro/2022
TOTAL						5.383,53	1.583,44	6.966,97	

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

PORTARIA Nº 1651/2022

Dispõe sobre concessão de diárias e reembolso de combustível para servidores.

A Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o disposto nas Resoluções do Órgão Especial nº 12/2019, publicada no Diário da Justiça eletrônico do dia 27 de junho de 2019, e nº 13/2020, publicada no Diário da Justiça eletrônico do dia 13 de agosto de 2020, que estabeleceram as regras para concessão, pagamento e prestação de contas relativas a diárias para magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Ceará;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder diárias e reembolso de combustível aos servidores, nos termos do Anexo Único desta Portaria, ao tempo que autoriza a emissão de nota de empenho e o pagamento dos valores referidos no Anexo supracitado, obedecidas as formalidades legais, cujas despesas estão vinculadas ao primeiro e/ou segundo graus de jurisdição.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. **GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, 18 de julho de 2022.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

ANEXO ÚNICO

Sequência	Referência	Servidor(a)	Qtde. de Diárias	Valor Unitário Diária com Pernoite (R\$)	Valor Unitário Diária sem Pernoite (R\$)	Valor Total de Diárias (R\$)	Valor Total Reembolso (R\$)	Valor Total Diária +Reembolso (R\$)	Período de Referência
01	8 5 0 8 1 2 7 - 14.2022.8.06.0001	MARCELO SABOIA DE SENA	09 c/ pernoite 01 s/ pernoite	199,09	99,55	1.891,36	641,32	2.532,68	Julho/2022
02	8 5 0 4 9 6 1 - 71.2022.8.06.0001	DIMITRI GOMES LE SUEUR	09 s/ pernoite	-	94,72	852,48	-	852,48	Março/2022
TOTAL						2.743,84	641,32	3.385,16	

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

PORTARIA Nº 1626/2022

Institui grupo de trabalho para revisar as Resoluções de números 29/2020 e 01/2021, ambas do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que tratam sobre os procedimentos inerentes à expedição e tramitação de Precatórios, Requisições de Pequeno Valor e pagamento de superpreferências.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (TJCE), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar, na justiça estadual, o processamento das requisições judiciais de pagamento de forma consentânea com os ditames constitucionais, a legislação federal e a orientação do Conselho Nacional de Justiça, em especial com a Resolução nº 303, de 18 de dezembro de 2019, com as alterações trazidas pela Resolução nº 438, de 25 de março de 2022, ambas do Conselho Nacional de Justiça, e em observância às Emendas Constitucionais de números



113 e 114, de 8 de dezembro de 2021 e de 16 de dezembro de 2021, respectivamente;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir grupo de trabalho com a finalidade de propor revisão das Resoluções de números 29/2020 e 01/2021, ambas do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Art. 2º Referido grupo de trabalho será coordenado pelo Juiz Auxiliar da Presidência Emilio de Medeiros Viana e composto pelos servidores(as):

- Chrystianne dos Santos Sobral - mat. 4278;
- Gabriela Gomes Costa - mat. 7023;
- Rafael Vieira De Alencar - mat. 44600;
- Arixancer Pinheiro Mendes - mat. 22637;
- Francisco Tiago Ferreira Silva - mat. 8162 e
- Márcio Lopes Vasconcelos - mat. 7650.

Art. 3º O grupo de trabalho terá a duração de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação da presente portaria.

Art. 4º O grupo de trabalho deverá apresentar à Presidência proposta (minuta) de nova(s) resolução(ões), com as alterações necessárias;

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, 18 de julho de 2022.

Desembargadora MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 1629/2022-GABPRESI

Dispõe sobre aposentadoria de servidor.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8511418-25.2022.8.06.0000,

RESOLVE aposentar voluntariamente por tempo de contribuição, a partir de 7 de junho de 2022, EXPEDITO PEREIRA ARAÚJO, matrícula nº 93742, no cargo de Analista Judiciário, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 6 de julho de 2005, ATRIBUINDO-LHE os proventos mensais no valor total de R\$ 35.462,22 (trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e dois centavos), abaixo discriminados:

Vencimento - ref. SPJNSE08 – 40 horas (Lei estadual nº 17.919/2022)	R\$ 15.481,28
(Quinze mil, quatrocentos e oitenta e um reais e vinte e oito centavos)	
Progressão Horizontal – 15% (Art.43, §1º da Lei estadual nº 9.826/74)	R\$ 2.322,19
(Dois mil, trezentos e vinte dois reais e dezenove centavos)	
Gratificação por Alcance de Metas – 30% (Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 4.644,38
(Quatro mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos)	
Parcela Individual Complementar – (Art. 10 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 26.566,33
(Vinte e seis mil, quinhentos e sessenta e seis reais e trinta e três centavos)	
SUBTOTAL	R\$ 49.014,18
(Quarenta e nove mil, quatorze reais e dezoito centavos)	
Teto Redutor	- R\$ 13.551,96
(Treze mil, quinhentos e cinquenta e um reais e noventa e seis centavos)	
TOTAL	R\$ 35.462,22
(Trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e dois centavos)	

tudo de conformidade com a legislação acima mencionada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, data e hora registradas em sistema.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará